

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.767 - RJ (2018/0309096-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : M DE N DE A B  
**AGRAVANTE** : G DE A B  
**AGRAVANTE** : F DE A B  
**ADVOGADO** : CARMEN VILLARONGA FONTENELLE E OUTRO(S) - RJ043674  
**AGRAVADO** : C A C  
**ADVOGADO** : LUIZA HELENA DOMINICINA CID - RJ054640

**DECISÃO**

Tratam os autos de agravo em recurso especial interposto por M DE N DE A B e OUTROS com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 538):

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DO DECISUM. INCONFORMISMO DOS RECORRENTES QUE NÃO SE SUSTENTA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE A DEMANDANTE E O FALECIDO. CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTÍNUA E DURADOURA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA REQUERENTE, ORA RECORRIDA, COMPROVADO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Irresignados M DE N DE A B e OUTROS interpuseram recurso especial alegando violação aos artigos 1.022, II, do CPC de 2015 e 1.723 do Código Civil.

Sustentam a ocorrência de negativa da prestação jurisdicional, que contaminou o *decisum*, porquanto não foram enfrentados todos os argumentos da parte recorrente, mormente: a) que o falecido manteve a mãe dos recorrentes como sua beneficiária e dependente mesmo conhecedor do seu estado de saúde precário; b) que não foi comprovado o convívio familiar; c) que a recorrida não teria permanecido no imóvel do falecido após o seu óbito (fl. 575). Aduz, ao final, falta de prova acerca "*do objetivo de constituição de família*" (fl. 571)

O apelo nobre foi inadmitido na origem, motivando o manejo do presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O recurso merece provimento. Senão vejamos:

Na origem, cuida-se de ação declaratória em face dos herdeiros do *de cujus* objetivando o reconhecimento de união estável da autora com o falecido José Olímpio de Abreu Barreto, no período compreendido entre outubro de 2006 e novembro de 2013.

A sentença julgou procedente o pedido para declarar a união estável constituída entre CLARICE ARNT CORREIRA e JOSÉ OLÍMPIO DE ABREU BARRETO, no período compreendido entre outubro de 2006 a 11 de novembro de 2013.

Seguiu-se apelação dos recorrentes. O *eg. Tribunal a quo*, analisando as provas documentais e testemunhais, concluiu pela manutenção da sentença que declarou a existência da união estável entre CLARICE ARNT CORREIRA e JOSÉ OLÍMPIO DE ABREU BARRETO, entre outubro de 2006 a 11 de novembro de 2013.

O acórdão recorrido está fundamentado nos seguintes termos:

*Compulsando os autos, verifica-se que o douto Juízo a quo enfrentou, acertadamente, todas questões fáticas e jurídicas, eis que a autora instruiu o processo com diversos documentos, dentre os quais: (i) faturas que comprovam que a demandante e o falecido residiam no mesmo endereço (fls. 22/33); (ii) extratos bancários atestando que os mesmos mantinham conta conjunta (fls.34/36); diversas fotografias que retratam a convivência afetiva do casal (fls. 42/126); declarações de pessoas próximas ao casal e de parentes do falecido confirmando a natureza familiar da citada relação (fls. 128/149); declaração do médico do de cujus informando que o mesmo sempre esteve acompanhado, durante as suas consultas e internação hospitalar, pela demandante (fls.152 e 157), fato confirmado, inclusive, pela testemunha (sobrinha do falecido) arrolada pelos herdeiros (fls. 401/402).*

*Ademais, confirmando a situação de união estável do casal, constata-se que diversas testemunhas atestaram a convivência familiar estabelecida entre a autora e o falecido, dentre estas, a irmã deste (fls. 392/393), a empregada doméstica que trabalhava na residência do casal (fls. 394/395) e o vizinho dos mesmos (fl.*

**396). Sendo assim, não há como negar que a requerente e o falecido possuíam uma relação familiar, tendo aquela desempenhado importante papel no trato das questões particulares do companheiro.**

Nesse ponto, convém mencionar que o fato de o de cujus, ao tempo de sua morte, manter o estado civil de casado com a primeira recorrente, não é considerado como causa impeditiva para o reconhecimento da união estável em deslinde, diante da incontroversa separação de fato de ambos, situação confirmada pelos próprios recorrentes, que contestam, tão somente, a existência da união estável alegada pela autora.

**É importante ressaltar, ainda, que o fato de os recorrentes terem juntado aos autos, documento que atesta a desistência do falecido em prosseguir com a ação de divórcio (fls. 162/163) perante a sua esposa, não possui qualquer efeito no presente processo, pois, conforme bem fundamentado pelo magistrado de primeiro grau, retrata um período anterior ao que a demandante reivindica como união estável.**

Diante de todo o contexto acima narrado, verifica-se que há provas suficientes no sentido de atestar a existência dos requisitos da união estável, nos termos do art. 1723, do Código Civil,

**No caso em deslinde, a autora comprovou a existência de convivência pública, contínua e duradoura com o falecido, no período indicado na inicial, demonstrando, dessa forma, o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art.333, I, do CPC/73, norma repetida no art. 373, inc. I, do CPC/15, razão pela qual merece ser mantida a sentença atacada.**

Por fim, observando-se que os argumentos dos recorrentes não merecem prosperar, não havendo razão para a modificação do dispositivo da sentença, a verba honorária sucumbencial deve ser majorada. Assim, considerando o trabalho adicional do patrono da autora, em sede recursal, bem como os parâmetros legais estabelecidos no artigo 85, §2º e §11, do CPC/15, a citada verba deve ser elevada para 15% do valor atribuído à causa.

Ante o exposto, conhece-se o recurso de apelação interposto para negar-lhe provimento, majorando os honorários advocatícios sucumbenciais para 15% do valor atribuído à causa. (fls. 537/542, grifou-se)

Sobrevieram embargos de declaração, alegando que o Tribunal de origem incorreu em equívoco por ter deixado de analisar, na íntegra, as provas carreadas aos autos.

Segundo a parte embargante, ora recorrente, o Tribunal *a quo* ignorou as seguintes provas, as quais, no seu entender, seriam suficientes para o não reconhecimento da união estável do casal (fls. 572/573):

*I- O fato de o falecido ter mantido a Primeira Recorrente, mãe dos seus filhos, como sua beneficiária e dependente em várias instituições, tendo, ainda, ratificado essa postura no ano anterior a sua morte (fls. 479/480 e - TJ), além de adquirir imóvel em conjunto (fls. 301 e -TJ, 317 e -TJ, 318 e -TJ, 322/331 e - TJ);*

*II - Por outro lado, em relação à Recorrida, não tomou o falecido nenhuma atitude nesse sentido, mesmo conhecedor do seu estado de saúde precário, não figurando a mesma como sua dependente ou beneficiária em nenhuma instituição;*

*III - Desprezaram também, os Julgadores, a comprovada inexistência de convívio familiar entre o falecido e a Recorrida, visto que tanto os filhos, como os demais parentes e amigos da Recorrida jamais frequentaram a casa do falecido, a despeito de supostamente também ser a residência da mesma, ou, ainda, que nenhum deles veio a Juízo depor em favor da alegada união estável;*

*IV- E, ainda, que, após o óbito do falecido Olímpio, a Recorrida não permaneceu no imóvel do mesmo, o que seria de se esperar, caso realmente morassem juntos.*

Os embargos de declaração foram rejeitados pela Corte local, ao fundamento de que "*os embargantes buscam, na realidade, o reexame de matéria já analisada.*" (fls. 559/562).

Na análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, não obstante provocado nos aclaratórios opostos na origem, deixou de examinar questões essenciais ao deslinde da controvérsia, como os seguintes, dentre outros:

*A vontade do falecido José Olímpio de Abreu Barreto em constituir família, em nenhum momento foi nem de longe demonstrada, falhando a Embargada em trazer aos autos um documento, indiciário que fosse onde o mesmo tivesse declarado ou reconhecido a sociedade marital alegada. (...)*

*Ao contrário, enquanto inerte em razão da Embargada, o falecido tomou várias providências em favor de Maria Nazareth de Abreu Barreto, a Primeira Embargante, com quem permaneceu casado até a sua morte, fls. 167 e -TJ : manteve Maria Nazareth no Plano de Saúde junto ao BNDES, fls. 301 e-TJ e como sua dependente no PAPES - Fundação de Previdência e Assistência Social do Sistema BNDES -. (fls. 317 e- TJ) e, no INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, fls. 318e-TJ, ratificando essa situação no ano anterior a sua morte, fls. 479/480. (...)*

*Ficou ainda sem resposta a questão da Embargada não ter permanecido no imóvel do falecido, após o seu óbito, se ali era sua residência, ou mesmo porque não retirou seus pertences que estariam no imóvel. (fls. 544/551)*

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ).

Cabia, assim, à parte vencida invocar, como no caso, a infringência do art. 1.022 do Código de Processo Civil, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente, viabilizando o acesso à instância extraordinária.

Confiram-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AÇÃO DE REVISÃO. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. VÍCIO NÃO CORRIGIDO NO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. QUESTÃO RELATIVA AO CERNE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC CONFIGURADA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Quando o tema suscitado nos embargos de declaração é relevante ao deslinde da controvérsia, e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tal questão, imprescindível a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao art. 1.022 do NCPC.*

*3. No caso, foi constatado que há prestação jurisdicional incompleta no que concerne à ausência de representatividade de participantes e assistidos na gestão da entidade previdenciária; o que afastaria a ideia de associativismo e mutualismo, ínsitos das entidades fechadas de previdência privada, o que, na ótica do agravado, levaria à aplicação do CDC, ao caso.*

*4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva*

*quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.*

*5. Agravo interno não provido, com imposição de multa."*

(AgInt no AREsp 1.062.942/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe de 05/09/2017)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC/15. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO SE PRONUNCIOU DE MANEIRA SATISFATÓRIA SOBRE O TEMA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. O Tribunal de origem não se pronunciou suficientemente acerca do tema suscitado pelo agravado nos embargos de declaração (fls. 300-303), referente ao não reconhecimento, pelo STJ, da ocorrência de sucessão universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus. Assim, resta caracterizada a afronta ao artigo 1022 do NCPC/15.*

*2. A Jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de não reconhecer a ocorrência de sucessão universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus, uma vez que a titularidade dos passivos deve ser efetivada em cada caso concreto. Precedentes desta Corte.*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 1.044.406/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe de 05/05/2017)

Dessa forma, está caracterizada a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, em razão da omissão da colenda Corte de origem em examinar as questões fáticas suscitadas.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando o acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando seja outro proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator